

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CC (IM) LUCIO PAULO DE SANTANA FERREIRA

O PROGRAMA ANTÁRTICO BRASILEIRO:

caminhos do passado e desafios do futuro.

Rio de Janeiro

2020

CC (IM) LUCIO PAULO DE SANTANA FERREIRA

O PROGRAMA ANTÁRTICO BRASILEIRO:

caminhos do passado e desafios do futuro.

Dissertação apresentada à Escola de Guerra Naval, como requisito parcial para a conclusão do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores.

Orientador: CMG (RM1) Leonardo Faria de Mattos

Rio de Janeiro
Escola de Guerra Naval
2020

AGRADECIMENTOS

Muitos são os responsáveis pela realização deste trabalho e impossível seria agradecer a cada um nominalmente. Sendo assim, peço que todos aqueles que de alguma forma contribuíram se sintam representados naqueles que elenco a seguir. Primeiramente a Deus, Criador de todas as coisas e Senhor da História, por ter me conduzido até este ponto no tempo e no espaço. À minha esposa Camilla Ferreira e ao meu filho Daniel Ferreira, pela paciência e compreensão nas ausências que me permitiram viver as experiências que inspiraram este trabalho. Aos meus pais e irmãos por todo apoio, amor, amizade e exemplos ao longo dos anos. Ao CMG (FN) Marcelo Cristiano Gomes da Silva e a todos os integrantes do Grupo Base Orion: amigos e irmãos formados nas agruras e nas alegrias vividas nos treze meses passados nos extremos de dureza e de infinita beleza do continente antártico. Ao CMG (RM1) Leonardo Faria de Mattos, pelas orientações passadas na realização desta pesquisa. Ao Prof. Dr. Paulo Eduardo A. S. Câmara, cientista preocupado com a ciência na Antártica e com a participação geopolítica do Brasil naquele continente, obrigado pela amizade e por constantemente enviar material que muito ajudou a fundamentar este trabalho. À Júlia Viegas Mundim, amiga conhecedora das alegrias e desafios de se viver e trabalhar ao sul do paralelo 60°S, agradeço pela contribuição fundamental nas revisões dos rascunhos desta pesquisa. E, por fim, a todos aqueles homens e mulheres que, em silêncio, trabalharam e continuam a trabalhar para que nossa Bandeira permaneça hasteada nos confins austrais do Continente Branco.

A todos vocês meu muito obrigado. Estarei eternamente endividado.

RESUMO

Com o propósito de discorrer sobre a história do Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR), a presente dissertação elenca fatos e personagens relevantes desde os idos da década de 1950. O trabalho fala também sobre organizações que, ao longo dessas décadas, até aos dias de hoje, vêm desempenhando papel relevante no que diz respeito à presença brasileira no Continente Branco. Em especial presta tributo ao Exército Brasileiro e à Escola Superior de Guerra que, mesmo não atuando ativamente junto à SECIRM e ao PROANTAR nos dias de hoje, foram de singular relevância para que o Brasil se fizesse presente na Antártica. Fundamentado na Teoria Realista, o foco central deste trabalho é o Estado brasileiro e seus interesses naquele continente. Sabendo-se que há a possibilidade de mudanças no Tratado da Antártica em futuro não tão distante, esta dissertação pretende estimular a discussão sobre quais são os interesses do Brasil naquele continente em face das mudanças geopolíticas por que o mundo passou desde a aprovação da Política Nacional para Assuntos Antárticos em 1987. Tal discussão envolve reflexão sobre essas mudanças geopolíticas; como tais mudanças podem afetar o “status quo” do Sistema do Tratado da Antártica; e como o Brasil deve se portar no cenário que pode vir a se apresentar de forma a defender seus interesses naquele continente que faz parte do Entorno Estratégico Brasileiro, nos termos do disposto na Política Nacional de Defesa. Sendo a Marinha do Brasil uma das grandes responsáveis pelo sucesso do Programa Antártico Brasileiro, acredita-se ser razoável que a ela lidere esta discussão e que a Escola de Guerra Naval, fiel à sua Missão, em que se encontram as tarefas de “investigar, estudar, experimentar e opinar sobre novos métodos, teorias, planos e doutrinas ou temas de interesse da Marinha” e “realizar pesquisa científica de interesse da Marinha, nas áreas de Defesa Nacional, Poder Marítimo, Guerra Naval e Administração”, em conjunto com as demais Escolas de Estado-Maior e com a Escola Superior de Guerra, tenha merecido e imprescindível lugar de destaque na elaboração de planos e difusão de ideias relativas aos rumos do Estado brasileiro e de sua política para a Antártica.

Palavras-chave: Antártica. PROANTAR. Exército Brasileiro. Escola Superior de Guerra. Tratado da Antártica. Protocolo de Madri.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGI -	Ano Geofísico Internacional
CAEPE -	Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia
CEIEC -	<i>China National Electronics Import and Export Corporation</i>
CONANTAR -	Comissão Nacional para Assuntos Antárticos
EACF -	Estação Antártica Comandante Ferraz
EB -	Exército Brasileiro
ECEMAR -	Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica
ECEME -	Escola de Comando e Estado-Maior do Exército
EGN -	Escola de Guerra Naval
EME -	Estado-Maior do Exército
EMFA -	Estado-Maior das Forças Armadas
ESANTAR - Rio	Estação de Apoio Antártico no Rio de Janeiro
ESG -	Escola Superior de Guerra
EUA -	Estados Unidos da América
FAB -	Força Aérea Brasileira
IBGE -	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MB -	Marinha do Brasil
OPERANTAR -	Operação Antártica
POLANTAR -	Política Nacional para Assuntos Antárticos
PROANTAR -	Programa Antártico Brasileiro
SECIRM -	Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar
STA -	Sistema do Tratado da Antártica
URSS -	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
1.1	OBJETIVOS	10
1.2	OBJETO DO ESTUDO	10
2	A ANTÁRTICA E A TEORIA REALISTA	12
2.1	A ESCOLA REALISTA	12
2.2	O CONTINENTE ANTÁRTICO E A POLÍTICA NACIONAL PARA ASSUNTOS ANTÁRTICOS	13
3	OS PRIMÓRDIOS; OS PIONEIROS; E O NASCIMENTO DO PROANTAR	16
3.1	DELGADO DE CARVALHO, THEREZINHA DE CASTRO E EURÍPIDES CARDOSO DE MENEZES	16
3.2	O EXÉRCITO BRASILEIRO E A ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA	19
3.3	O SURGIMENTO DO PROANTAR: PROGRAMA DE ESTADO SEM POLÍTICA DE ESTADO	23
4	O PROGRAMA ANTÁRTICO BRASILEIRO E A NOVA EACF	25
4.1	A OPERANTAR E A EACF	25
4.2	A FORÇA AÉREA BRASILEIRA NA ANTÁRTICA	26
4.3	A CIÊNCIA BRASILEIRA NA ANTÁRTICA	28
4.4	O INCÊNDIO DE 2012 E A NOVA EACF	29
4.5	DESAFIOS FUTUROS E SUGESTÕES DE AÇÕES PARA O PROANTAR	31
4.6	A PESQUISA NA ANTÁRTICA E O RETORNO TANGÍVEL PARA A SOCIEDADE	33
4.7	NOVOS MEIOS PARA O PROANTAR	36
4.8	SUGESTÕES PARA OS PRÓXIMOS PASSOS NO SÉCULO XXI	37
4.8.1	Dia da Antártica	39
4.8.2	Divulgação do PROANTAR em escolas	39
4.8.3	Antártica no Curso de Formação de Diplomatas – Instituto Rio Branco	40
4.8.4	Antártica no ciclo de palestras da EGN, ECEME, ECEMAR e ESG	40
4.8.5	Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia na ESG para Chefes da EACF	41
4.8.6	Participação do Exército Brasileiro no PROANTAR	41
4.8.7	Participação de empresas privadas no PROANTAR	42
4.8.8	Incentivo à criação de patentes	43

4.8.9	Aquisição de Navio Quebra- Gelo	44
4.8.10	Criação de mais uma Estação Antártica	44
5	CONCLUSÃO	45
	REFERÊNCIAS	49

1 INTRODUÇÃO

Um navio que saia do porto de Rio Grande (RS) chegará à Estação Antártica Comandante Ferraz (EACF) em menos tempo do que se estivesse se dirigindo ao porto de Fortaleza (CE). A Antártica está mais perto do Brasil do que muitas vezes a sociedade brasileira se dá conta. É um vizinho gigante e misterioso, largamente desconhecido do cidadão médio e que traz à mente vastidões geográficas cobertas de gelo e neve.

A despeito dessa proximidade geográfica entre o Brasil e esse vizinho desconhecido da maioria da população, o Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR) somente foi efetivamente criado em 1982, 33 anos após a criação do Tratado da Antártica e sete anos após a adesão do Brasil àquele instrumento internacional. Contudo, apesar de recente, a história do Brasil na Antártica é rica em atores e em fatos.

Desde a criação do PROANTAR, as ações do governo brasileiro e da Comunidade Científica Nacional no Continente Gelado têm sido constantes e repletas de sucesso. Tendo como “sede” e ponto focal naquele continente a Estação Antártica Comandante Ferraz, localizada na Ilha Rei George, arquipélago das Shetlands do Sul, o PROANTAR está também presente em outras partes daquele imenso continente, por meio do apoio atualmente prestado pelos Navios da Marinha do Brasil (Navio de Apoio Oceanográfico “Ary Rongel” e Navio Polar “Almirante Maximiano”) que permitem que a comunidade científica seja lançada e apoiada em outros pontos para realização de pesquisas de interesse nacional.

No entanto, apesar do enorme esforço operacional, logístico, orçamentário e científico que anualmente é feito desde a criação do PROANTAR, aquele continente, suas características e sua importância para o Brasil são desconhecidos da imensa maioria da população brasileira. O autor deste trabalho foi Subchefe da EACF entre outubro de 2017 e novembro de 2018. Residente no Rio de Janeiro – RJ, após sua designação para a subchefia

da estação antártica brasileira, percebeu grande desconhecimento sobre a Antártica em muitos interlocutores, vários dos quais possuidores de excelente padrão educacional.

Tal nível de desinformação percebida em um grupo de pessoas de boa formação acadêmica residentes na segunda maior cidade do país, cidade na qual está sediada a Estação de Apoio Antártico – Rio (ESANTAR-Rio), responsável por quase todo o apoio logístico ao PROANTAR, e de onde todos os anos saem os navios que apoiam nosso Programa Antártico, diz muito sobre como a sociedade brasileira enxerga (ou não) o PROANTAR e sobre a carência de divulgação desse Programa de Estado no país.

Este trabalho visa a discorrer sobre a história do PROANTAR, como ele veio a existir e suas realizações.

O capítulo 2 trata do arcabouço teórico para que o leitor entenda o foco sob o qual o trabalho foi desenvolvido, neste caso específico, a Teoria Realista.

O capítulo 3 fala sobre alguns dos principais atores responsáveis pelo envolvimento do Estado brasileiro com o continente antártico e que contribuíram para que o Brasil eventualmente se tornasse signatário do Tratado da Antártica e criasse o Programa Antártico Brasileiro.

O capítulo 4 fala sobre a Estação Antártica Comandante Ferraz; sobre a importância da contribuição da Força Aérea Brasileira para o Programa Antártico Brasileiro; aborda a questão e a importância da Comunidade Científica no PROANTAR; e, por fim, trata dos desafios que surgem no horizonte do Sistema do Tratado da Antártica, apresentando algumas sugestões para serem avaliadas por futuros líderes do Programa.

Em especial no capítulo 4, dentre os desafios apresentados, dá-se especial destaque à possibilidade de revisão do Protocolo de Madri a partir de 2048, e a consequente permissão para exploração de minerais na Antártica.

Enfatiza-se bastante o fato de vivermos em uma era em que, se o Brasil pretende

ser um protagonista naquele continente que faz parte do Entorno Estratégico brasileiro¹, terá de contar com o apoio de sua população. Dessa forma, precisará divulgar cada vez mais e melhor suas ações ao sul do paralelo 60°S e engajar a população brasileira em torno desse tema sobre o qual nos debruçaremos nas próximas páginas.

1.1 OBJETIVOS

O objetivo principal desta pesquisa é principais desta pesquisa é gerar discussão sobre desafios futuros ao PROANTAR e à presença do Brasil na Antártica, alertando lideranças do presente e do futuro que, se o Brasil deseja fazer valer seus interesses e os objetivos elencados no Decreto 94.401/1987 (que aprovou a Política Nacional para Assuntos Antárticos) deverá, desde já, começar a se preparar para as eventuais mudanças que poderão ocorrer no Sistema do Tratado da Antártica nas próximas décadas. Para tanto, a pesquisa apresenta argumentos quanto às mudanças na geopolítica mundial e quanto à possibilidade de mudanças no já citado Tratado.

São também objetivos secundários:

- a) Analisar a história dos principais eventos que culminaram com a criação do Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR);
- b) discorrer sobre as conquistas auferidas por esse Programa de Estado desde sua criação até o incêndio da Estação Antártica Comandante Ferraz (EACF) em fevereiro de 2012;
- c) tratar das ações subseqüentes que resultaram na reconstrução e reinauguração da EACF em janeiro de 2020.

1.2 OBJETO DO ESTUDO

O objeto de estudo deste trabalho é o Programa Antártico Brasileiro, envolvendo

1 Política Nacional de Defesa. A Política Nacional de Defesa (PND), documento condicionante de mais alto nível do planejamento de ações destinadas à defesa nacional, em sua revisão de setembro de 2013, considerou a Antártica como parte do “entorno estratégico brasileiro”. De acordo com Mattos e Câmara em seu artigo “A Ciência Antártica como Ferramenta Geopolítica para o Brasil” (Revista Marítima Brasileira, 1º trimestre/2020), isso “significou que este continente passou a fazer parte, oficialmente, da região do planeta onde o Brasil ‘quer irradiar sua influência e liderança diplomática, econômica e militar’”.

os fatos e alguns principais atores que levaram à sua criação; a análise de sua história; e os desafios que se apresentam no horizonte para as próximas décadas.

O espaço temporal abordado por este estudo compreenderá desde os idos da década de 1950 até o ano de 2048, ano a partir do qual o Protocolo de Madri poderá ser revisto.

2 A ANTÁRTICA E A TEORIA REALISTA

Dentre as teorias de relações internacionais escolheu-se a Teoria Realista para balizar o escopo deste trabalho. Este capítulo versará sobre a Teoria Realista e tratará de aspectos geográficos e geopolíticos do continente antártico.

2.1 A ESCOLA REALISTA

Em seu livro *A Política Entre as Nações – A luta pelo poder e pela paz* (2003), Hans J. Morgenthau, defende que a Escola Realista: “(...) considera que o mundo, imperfeito como é do ponto de vista racional, resulta do encontro de forças inerentes à natureza humana” (MORGENTHAU, 2003, p. 4). Dessa forma, a Escola Realista opta por trabalhar com essas forças em lugar de tentar trabalhar contra elas.

O Poder é a ideia central na Teoria Realista. Morgenthau (2003), nos apresenta seis princípios do realismo político. O segundo princípio diz que

A principal sinalização que ajuda o realismo político a situar-se em meio à paisagem da política internacional é o conceito de interesse definido em termos de poder. (MORGENTHAU, 2003, p. 6)

Interesses e poder são as variáveis que unem ou separam países e que devem, de acordo com a Teoria Realista, orientar a política externa dos Estados. Em sua obra “*A História da Guerra do Peloponeso*” (2001), Tucídides escreve que “a afinidade de interesses é o maior fator de segurança nas relações entre cidades e indivíduos [...]” (TUCÍDIDES, 2001, p. 73).

Empregando, portanto, a Teoria Realista para nortear este trabalho, este autor se propõe a apresentar um pouco da história que levou ao envolvimento do Estado brasileiro com o continente antártico dentro do arcabouço legal do Tratado da Antártica (1959).

2.2 O CONTINENTE ANTÁRTICO E A POLÍTICA NACIONAL PARA ASSUNTOS ANTÁRTICOS

De acordo com o sítio eletrônico da Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (SECIRM)² a Antártica compreende todas as terras ao sul do paralelo de 60°S. A SECIRM também esclarece que a Antártica tem cerca de 14 milhões Km², o que equivale à área dos territórios de Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Peru e Uruguai ou às terras contíguas dos EUA e México.

Ainda segundo as informações apresentadas pela SECIRM, esse colosso territorial concentra cerca de 70% de toda a água doce do planeta (em sua maior parte em estado sólido). Presume-se também que possua incalculáveis riquezas minerais que hoje, por força do disposto no Sistema do Tratado da Antártica, não podem ser exploradas por qualquer Estado.

De acordo com o Tratado da Antártica (1959), o continente austral não está sujeito à administração política de nenhum país. São vedados exercícios militares no continente. Lá os países trabalham em regime de cooperação para desenvolvimento da ciência. No que diz respeito às reivindicações territoriais, nos termos do Artigo IV do Tratado, elas continuam a existir, mas ficam congeladas. Os demais países signatários do Tratado da Antártica e que não tinham reivindicações territoriais comprometem-se a não apresentar novas reivindicações naquele continente enquanto o Tratado vigorar.

O Decreto 94.401 de 3/06/1987 que aprovou a Política Nacional para Assuntos Antárticos estabelece, dentre outros, que:

[...]

III - PRINCÍPIOS BÁSICOS

8. São princípios fundamentais para o Brasil que:

[...]

e) o Tratado da Antártida e os atos internacionais multilaterais com ele relacionados sejam observados e fortalecidos.

2 www.marinha.mil.br/secirm/proantar - Acesso em 26 de março de 2020.

9. As posições do Brasil sobre a Antártida, na área de aplicação do Tratado da Antártida, e as atividades brasileiras em relação à Antártida baseiam-se nos seguintes fatores:

[...]

b) o Brasil não formulou reivindicações de soberania territorial na Antártida antes da entrada em vigor do Tratado da Antártida e pautará sua conduta de conformidade com as disposições do Tratado, durante sua vigência;

c) o Brasil reserva-se o direito de proteger seus interesses diretos e substanciais na Antártida, ora protegidos pelo Tratado da Antártida, caso venha a ser revisto o funcionamento do Tratado e conforme os resultados da eventual revisão;

d) as reivindicações de soberania territorial formuladas antes da entrada em vigor do Tratado da Antártida não podem interferir no cumprimento de seus dispositivos nem podem constituir obstáculo para eventuais atividades de cunho econômico que se realizem sob a égide do Tratado ou de outros atos internacionais com ele relacionados e aceitos por todas as Partes Consultivas;

[...]

IV - OBJETIVOS BRASILEIROS PRINCIPAIS

10. Os interesses do Brasil na Antártida traduzem-se concretamente, *inter alia*, nos seguintes objetivos:

a) participação em todos os atos internacionais e instituições que compõem o Sistema do Tratado da Antártida;

b) prosseguimento e ampliação do Programa Antártico Brasileiro, que é fundamento da inclusão do Brasil entre as Partes Consultivas, objetivando:

[...]

ii) identificação dos recursos econômicos vivos e não-vivos e obtenção de dados sobre as possibilidades de seu aproveitamento.

iii) propiciamento de avanços da tecnologia nacional aplicável às condições fisiográficas e ambientais no continente antártico e da área marinha adjacente, bem como a eventual exploração e o aproveitamento de recursos.

Quando da adesão do Brasil ao Tratado da Antártica em 1975, o Brasil ainda não possuía uma política formal para aquele continente. Conquanto tenha chegado com atraso de aproximadamente doze anos, o Brasil buscou por meio do Decreto 94.401/87 corrigir esse rumo e deixar claro quais são suas políticas e interesses. Fica patente que, ainda que não tenha reivindicado territórios, não aceitará esse argumento por parte de outras nações como impeditivo para fazer valer seus interesses econômicos. Ainda que se disponha a cumprir o que preconiza o Tratado, o Brasil deixa em aberto as possibilidades quando da revisão ou do fim daquele instrumento internacional.

O decreto mencionado acima, datado de 1987, reflete os interesses do Brasil para a Antártica. Ele foi criado em momento histórico em que o mundo vivia ainda a polarização da Guerra Fria (1947-1991) e em que o Brasil acabara de sair do período dos governos militares (1964-1985).

As mudanças por que passou o mundo desde então tem sido diversas. A revolução tecnológica que mudou completamente a maneira como informações são geradas e como as pessoas se relacionam; a ascensão da China como ator de relevância no cenário internacional; as mudanças climáticas; o crescimento da população mundial; a atual pandemia que parou o mundo e ameaça uma crise econômica sem precedentes; o início do questionamento sobre o futuro do dólar como moeda de reserva internacional; etc. são desafios grandes e recentes que podem ser vistos como oportunidade para que o Brasil ratifique posições já consagradas ou se reposicione em relação a temas diversos. Contudo, para isso, é fundamental saber onde se deseja chegar e, com esse norte, traçar o rumo a seguir.

Assim sendo, o próximo capítulo tratará dos processos históricos e de alguns atores relevantes que colocaram a Antártica na agenda política do Estado brasileiro.

3 OS PRIMÓRDIOS; OS PIONEIROS; E O NASCIMENTO DO PROANTAR

A presença do Brasil na Antártica, como política do Estado brasileiro, ocorre desde 1982, quando foi criado o Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR). Em 1984 foi finalmente instalada a Estação Antártica Comandante Ferraz (EACF). Contudo, para que tais fatos se concretizassem, foram necessários inúmeros atores, a maioria desconhecida da população brasileira.

Entretanto, o espaço é insuficiente para listar e fazer justiça a todos aqueles que enriqueceram a história do Brasil na Antártica. Aqui apresentaremos alguns desses principais atores.

Em seguida será abordado o nascimento do PROANTAR e o fato de que o Programa nasceu sem que o Brasil tivesse uma Política oficial para a questão da Antártica.

3.1 DELGADO DE CARVALHO, THEREZINHA DE CASTRO E EURÍPIDES CARDOSO DE MENEZES

Muitos são os nomes que se destacam na história nacional quando o assunto é Antártica. Contudo, um deles se sobressai: Therezinha de Castro.

Geógrafa brasileira dotada de forte personalidade, publicou, juntamente com seu mestre, Professor Delgado de Carvalho, na edição de abril a junho de 1956 da Revista do Clube Militar o icônico artigo *A Questão da Antártica*. Nesse, assim como em posteriores artigos, Therezinha de Castro propugnava pelo uso do critério da defrontação para defender que o Brasil reivindicasse territórios no continente antártico.

Estávamos às vésperas do Ano Geofísico Internacional (AGI) de 1957-1958 que, dentre outros assuntos, trataria da questão da Antártica.

Em seu livro *A Antártica e os Desafios do Futuro*, o ex-Deputado Federal Eurípides Cardoso de Menezes discorre com riqueza de detalhes sobre como os artigos

publicados por Castro acenderam o interesse do Exército Brasileiro, em especial da Escola Superior de Guerra (ESG), então subordinada ao EMFA, assim como do Itamaraty e do IBGE.

Segundo Cardoso de Menezes, à página 19 de sua obra,

Subordinada ao EMFA, então chefiado pelo General-de-Exército Octávio Saldanha Mazza, interessou-se a ESG pelo problema da Antártica, tendo sido procurada a Professora Therezinha de Castro, como fonte segura de informações sobre o assunto (...) (MENEZES, 1982, p. 19).

Cardoso de Menezes relata que as medidas preconizadas pelo grupo de trabalho criado pela ESG não vingaram, mas o assunto continuou a ser estudado no Gabinete de Geopolítica (chefiado pelo professor Delgado de Carvalho com a assessoria de Therezinha de Castro) do Conselho Nacional de Geografia. Segundo Cardoso de Menezes o Gabinete era muito visitado “(...) por um oficial chileno, General Ramón Cañas Montalva, grande estudioso dos problemas antárticos” (MENEZES, 1982, p. 19).

Em maio de 1958, os EUA convidaram os outros 11 países que estavam realizando pesquisas na Antártica durante o AGI, para uma conferência que ocorreria em 1959, a fim de discutir a criação de um marco jurídico que regulamentasse de alguma forma a presença naquele continente. O Brasil solicitou participar do foro, mas teve seu requerimento vetado pois não tinha desenvolvido trabalhos científicos na Antártica durante o AGI. Dessa conferência realizada em Washington, D.C. de outubro a dezembro de 1959, surgiu o Tratado da Antártica.

O Capitão de Mar e Guerra Leonardo Mattos, em sua Dissertação de Mestrado em Estudos Estratégicos em que trata da Antártica, traz-nos a sua visão de por que os EUA, com quem o Brasil mantinha boas relações diplomáticas, não convidara nosso país para participar da Conferência de Washington. Diz ele:

Aqui pretende-se pôr em relevo o ambiente da Guerra fria [...], incluindo a preocupação do Presidente norte-americano em não convidar muitos países para a Conferência de Washington. Isso porque havia o temor de que os soviéticos forçassem a participação de mais países com eles alinhados, em contra-partida

aos aliados norte-americanos (MATTOS, 2015, p. 119).

Passaram-se os anos e, em 1970, Therezinha de Castro presenteia o então Deputado Federal Eurípides Cardoso de Menezes com a 5ª edição do Atlas Histórico Escolar do MEC (à época ainda não publicado) que, em sua página 95 trazia um mapa do território antártico que caberia ao Brasil caso a Antártica viesse a ser partilhada pelo princípio da defrontação. Cabe ressaltar que o Tratado da Antártica, em seu Artigo IV prevê que

Nenhum ato ou atividade que tenha lugar, enquanto vigorar o presente Tratado, o constituirá base para proclamar, apoiar ou contestar reivindicação sobre soberania territorial na Antártida, ou para criar direitos de soberania na Antártida. Nenhuma nova reivindicação, ou ampliação de reivindicação existente, relativa à soberania territorial na Antártida será apresentada enquanto o presente Tratado estiver em vigor (TRATADO DA ANTÁRTICA, 1959).

Por esse motivo, o Atlas ainda não havia sido publicado. O então Deputado Eurípides, entusiasta do assunto, proferiu discurso em sessão conjunta do Congresso Nacional em 28 de novembro de 1970 em que tratou do tema, apresentou o Atlas e os mapas da Antártica e encerrou seu discurso da seguinte forma:

Focalizado, como foi, publicamente o assunto numa obra editada pelo Ministério da Educação e Cultura, cremos não ser impertinente trazê-lo a esta tribuna, solicitando ao Poder Executivo a atenção e as providências que se impõem (DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL, 29/11/1970, p. 728).

A Edição ano XXV – nº 50 do Diário do Congresso Nacional de 29 de novembro de 1970 publicou não somente o discurso do Deputado, mas também cópias dos mapas do Atlas. Cópia desse discurso foi enviada pelo próprio Deputado ao então Presidente Médici, conforme relata Menezes:

O Dr. Humberto Grande, Diretor Executivo da FENAME, liberando a 5ª edição do Atlas, me telegrafou enviando felicitações e solicitando licença para divulgar o discurso, cuja cópia, aliás, eu enviara, por intermédio do então Cel. Ênio dos Santos Pinheiro – depois General e primeiro Diretor da Escola Nacional de Informações – ao Presidente Emílio Garrastazu Médici (MENEZES, 1982, p. 23).

O discurso do Deputado reacendeu a proposta de Therezinha de Castro. Cardoso de Menezes foi convidado a tratar do tema na Revista Cultura Militar e no Boletim de Informações do Estado-Maior do Exército e em apresentações da Associação dos Diplomados

da Escola Superior de Guerra. Em 1972 foi convidado para fazer o curso da ESG e a debater a tese da Antártica. No mesmo ano, Therezinha de Castro tratou do tema nas Escolas de Estado-Maior das três Forças, das quais se tornou conferencista permanente da cadeira de Geopolítica.

Três anos depois, quase duas décadas após a publicação do histórico artigo de Therezinha de Castro na Revista do Clube Militar, no dia 16 de maio de 1975, o Presidente da República, Ernesto Geisel, assinou a adesão do Brasil ao Tratado da Antártica.

3.2 O EXÉRCITO BRASILEIRO E A ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA

Via de regra, quando são lembrados os inúmeros atores responsáveis pelas discussões que levaram o Brasil a se assentar entre os Estados com voz ativa nos destinos do continente antártico, são citadas sempre – e merecidamente – as diversas pessoas que elaboraram teses, discutiram ideias, apresentaram pontos de vistas e influenciaram decisões. No entanto, raramente são lembradas as instituições.

Há algumas organizações que merecem ser citadas neste capítulo tais como o Ministério das Relações Exteriores, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e outros mais. No entanto, devido às limitações de cunho temporal e acadêmico desta obra, acreditou-se que, por dever de justiça, não se poderia deixar de exaltar duas organizações que, por sua importância e poder de influência, foram primordiais no estudo, nos debates e nas decisões que lançaram o Brasil à Antártica.

Primeiramente, o Exército Brasileiro. Organização cujas atribuições encontram-se elencadas no Capítulo II da Constituição Federal de 1988, e que remonta sua origem à Batalha dos Guararapes em 1648, quando as etnias que compõem este país se uniram em torno da defesa do território nacional contra um inimigo externo. Essa Organização Permanente, presente em cada rincão do solo brasileiro, foi fundamental no fomento ao estudo do tema

antártico.

Mattos, à página 112 de sua Dissertação, informa que o Estado-Maior do Exército (EME), em março de 1955, encaminhou estudo assinado pelo Tenente-Coronel Wladimir Fernandes Bouças ao Secretário do Conselho de Segurança Nacional, General Juarez Távora. À época o subchefe do General Távora no Gabinete Militar era o então Coronel Ernesto Geisel que, duas décadas depois, assinaria a adesão do Brasil ao Tratado da Antártica.

O estudo de Bouças tratava da Antártica e defendia que o Brasil, assim como outras nações, poderia reivindicar território naquele continente.

O despacho do ofício que encaminhou o Estudo dizia: “trabalho de alta relevância para os interesses futuros do Brasil no que tange à defesa nacional” (MATTOS, 2015, p. 112).

Mattos, em seu trabalho, ressalva que não há indícios de que Geisel tenha tomado conhecimento do conteúdo do estudo do Coronel Bouças.

Em fevereiro de 1956, Bouças publicou artigo na revista Mensário de Cultura Militar, publicação do EME. O título era “A Antártica: uma reivindicação brasileira.”

Nota-se que esse trabalho do EB antecede ao icônico artigo *A Questão da Antártica* de Delgado e Therezinha de Castro, publicado em junho de 1956. E não custa lembrar que o artigo foi publicado na Revista do Clube Militar.

A partir da criação do PROANTAR em 1982, não há registros da participação ou do interesse do Exército no Programa Antártico Brasileiro, diferentemente de outros países como Argentina e Chile, onde as três Forças Armadas participam ativamente de seus respectivos Programas.

A Escola Superior de Guerra (ESG), subordinada ao Ministério da Defesa a partir da criação deste em 1998 e, em 1956, subordinada ao então Estado Maior das Forças Armadas, foi criada em 1949 “sob a influência das experiências obtidas por um grupo de militares, capitaneados pelo Marechal César Obino, após o segundo conflito mundial e diante

dos prenúncios de uma nova ordem, apontados pelo início da guerra fria”³. Seus dois primeiros comandantes foram os Marechais Cordeiro de Farias e Juarez Távora. Desde então, o comando da ESG se dá por rodízio entre oficiais-generais do último posto das três forças singulares.

A ESG pode ser caracterizada como um *think tank* nacional cuja atual missão é “desenvolver atividades acadêmicas que permitam compreender as realidades nacional e internacional, visando preparar civis e militares para o desempenho de funções de direção e assessoramento de alto nível, no campo da Defesa Nacional [...]”.⁴

Em 1956, ano da publicação dos artigos de Bouças e de Delgado/Therezinha de Castro, um dos estagiários do Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia da ESG era o Embaixador José Carlos de Macedo Soares, então Ministro das Relações Exteriores de Juscelino Kubitschek⁵.

Cardoso de Menezes, em seu livro, escreve:

Interessando-se vivamente pela tese da Professora Therezinha de Castro, convocou-a o Chanceler José Carlos de Macedo Soares e ao Professor Delgado de Carvalho para várias reuniões que se realizaram de 1956 a 1958 no Palácio Itamaraty. Estudou-se a fundo, nesses encontros, o problema antártico em face do AGI [...] (MENEZES, 1982, p. 16).

Em 1957, um Grupo de Trabalho (GT) da ESG elaborou material versando sobre a Antártica. O tema proposto pela ESG fora “Estudar qual a posição do Brasil em face da ocupação da Antártida e indicar as medidas aconselháveis à defesa dos interesses brasileiros no caso” (MATTOS, 2015, p. 114).

O estudo sugeriu o seguinte:

- 1 - Promover, indiretamente, ampla campanha de propaganda sobre a Antártida, em todo o território nacional, procurando salientar a importância daquele continente e os interesses do Brasil no seu controle, sobretudo em razões de Segurança Nacional. Tal campanha deverá penetrar, mediante adequado planejamento, todas as camadas sociais e culturais do país.
- 2 - Estimular, por intermédio do Conselho Nacional de Pesquisas, do Conselho

3 www.esg.br/a-esg/historico - Acesso em 20 de março de 2020.

4 www.esg.br/a-esg/apresentacao – Acesso em 26 de março de 2020.

5 www.esg.br/a-esg/CAEPE1956.pdf – Acesso em 26 de março de 2020.

Nacional de Geografia e outros, o estudo dos problemas das regiões polares, dando especial ênfase às regiões antárticas.

3 - Oportunamente - e de acordo com as reações da opinião pública à campanha de propaganda - organizar expedições de caráter científico à Antártida, utilizando, de preferência, navios auxiliares da Armada (transportes ou navios-hidrográficos) com cientistas nacionais (MATTOS, 2015, p. 117).

O deputado Eurípides Cardoso de Menezes, após seu pronunciamento no Congresso Nacional em novembro de 1970, foi eventualmente convidado a realizar o Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia da ESG em 1972. Lá, naquele ano, ministrou a conferência “Antártica, Interesses Nacionais” cujo texto submeteu previamente à apreciação do Presidente da República⁶.

A influência da ESG na formação de opinião de líderes de peso naqueles dias é tão imponderável quanto é inegável. Pelos bancos da ESG passaram e continuam a passar líderes das mais diversas esferas e origens.

A ESG, fiel à sua Missão institucional, em clara demonstração de visão de futuro, pensando os problemas do país e buscando apresentar caminhos e soluções multidisciplinares, promoveu, em parceria com a SECIRM, em 16 de agosto de 2018, no Auditório da Presidência da República do Palácio do Planalto, o seminário “Antártica 2048”⁷.

O Protocolo de Madri prevê em seu Artigo 25 que, a partir de 2048 poderá haver uma revisão de seus dispositivos que hoje tratam da conservação do meio ambiente no continente antártico e impedem a exploração de recursos minerais naquele continente.

Não restam dúvidas de que aquela Escola de Líderes, honrando o que fez ao longo das décadas de 1950 a 1970, continuará a influenciar o pensamento estratégico brasileiro em suas relações com o continente antártico.

6 Menezes, 1982, p. 24.

7 www.esg.br/noticias/escola-superior-de-guerra-promove-seminario-antartica-2048 - Acesso em 10 de março de 2020.

3.3 O SURGIMENTO DO PROANTAR: PROGRAMA DE ESTADO SEM POLÍTICA DE ESTADO

O Programa Antártico Brasileiro foi criado em 1982, subordinado à Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (SECIRM). Embora a questão antártica já estivesse sendo discutida desde pelo menos 1955, e embora o país tenha aderido ao Tratado da Antártica em 1975, o PROANTAR foi criado sem que o país tivesse claramente delineados quais seriam suas prioridades, seus objetivos e sua política para aquele Programa de Estado tão singular e de tanta visibilidade doméstica e internacional.

O Decreto 86.829 de 12/01/1982 (sete anos após a adesão ao Tratado de 1959 e poucos meses antes do início da OPERANTAR I) que criou a Comissão Nacional para Assuntos Antárticos (CONANTAR), em seu artigo 3º, determinava que essa Comissão deveria “propor diretrizes e medidas para a formulação, atualização e consecução de uma Política Nacional para Assuntos Antárticos [...]”.

Argentina e Chile, vizinhos de expressão política, econômica e militar, proporcionalmente, menores que as do Brasil, já se batiam por seus interesses naquele continente, tendo ambos reivindicado territórios em 1940 e participado das discussões que culminaram com o Tratado de 1959.

Independente do argumento que se use (geográfico, político, histórico, etc.) para o engajamento desses dois vizinhos na geoestratégia antártica, o fato é que em sete anos decorridos entre a adesão brasileira ao tratado de 1959 e a primeira viagem oficial de um meio da Marinha do Brasil à Antártica, o Estado brasileiro ainda não tinha um norte estratégico para os seus objetivos políticos no continente, sendo até então guiado por diretrizes emitidas por organização criada às vésperas do início das operações.

Isso foi corrigido em 3 de junho de 1987 (cinco anos após a criação do CONANTAR e às vésperas da OPERANTAR VI) quando o presidente José Sarney assinou o

Decreto 94.401 que aprovava a Política Nacional para Assuntos Antárticos (POLANTAR).

Como já tratado anteriormente, esse Decreto, embora assegurasse que o Brasil se conformaria aos dispositivos do Tratado de 1959, deixava claro que, em caso de eventual revisão ou extinção do Tratado, o Brasil deixa as portas abertas para mudança de postura tanto na questão da exploração econômica, quanto no que diz respeito a reivindicações territoriais.

Fica explícito que o país não aceitará reivindicações territoriais externas como argumento que prejudique seus interesses econômicos. Isso em muito lembra o disposto no Ofício 018-B de 1958 do EMFA – conforme Mattos à página 115 de sua dissertação – em que aquele Estado-Maior concorda com a linha de ação sugerida em relatório de GT da ESG.

Diz o extrato do Ofício:

[...] concorda este Estado-Maior com a linha de ação preconizada, isto é: ‘Tão cedo e oportuno quanto possível, não reconhecer, oficial e publicamente, os direitos de posse de qualquer país sobre a Antártida, reservando-se os direitos de livre acesso àquelas regiões e de defender os seus interesses nas mesmas, a fim de, oportunamente, reivindicar a parte que se julgar com direito. Em última instância, aceitar a tese de uma administração internacional temporária - enquanto não for encontrada uma solução satisfatória - e da qual faça parte o Brasil, sem, todavia, abrir mão dos seus direitos.

Aparentemente as ideias do GT da ESG, de 1957, influenciaram, trinta anos depois, a redação da POLANTAR, assinada pelo Presidente Sarney.

Por fim, este Capítulo buscou fazer um apanhado histórico sucinto de fatos, pessoas e instituições que contribuíram para a participação do Brasil no Tratado da Antártica. A participação dessas pessoas e instituições foi fundamental para a criação do PROANTAR.

A crítica feita ao fato de que o PROANTAR foi criado sem uma Política de Estado não tem o objetivo de desmerecer o que foi feito. Trata-se tão somente de um fato histórico. Menciona-se isso a fim de que não volte a acontecer. Abordar-se-á aqui a possibilidade de alterações no Tratado da Antártica a partir de 2048. Propor já a discussão sobre esse tema que se encontra ainda a quase três décadas de distância visa a permitir que o Brasil chegue nessa data com o assunto já debatido e com uma política oficial já elaborada.

4 O PROGRAMA ANTÁRTICO BRASILEIRO E A NOVA EACF

Este capítulo discorre sobre o início das Operações Antárticas e a criação da EACF. Fala brevemente sobre a participação da Força Aérea Brasileira (FAB) no apoio à OPERANTAR. Versa também sobre a ciência brasileira no continente antártico e sobre o incêndio e a reconstrução da EACF.

Por fim, aborda os diversos desafios que o século XXI apresenta para o PROANTAR. Fala sobre as mudanças geopolíticas por que passa o planeta e compara esse cenário com aquele que existia quando da criação do Tratado da Antártica em 1959.

São feitas sugestões de ações que, na visão do autor desta pesquisa, podem ajudar aqueles responsáveis por guiar os futuros passos do Brasil na Antártica a encarar de frente os problemas que poderão surgir em futuro ainda repleto de incertezas. Tais ações sugeridas visam, principalmente, a melhor compartilhar com a sociedade o que é feito pelo país no continente gelado de forma a atrair o apoio da opinião pública para o PROANTAR.

4.1 A OPERANTAR E A EACF

No verão antártico de 1982/1983 foi realizada a Operação Antártica (OPERANTAR) I a bordo do Navio de Apoio Oceanográfico “Barão de Teffé”, da Marinha do Brasil e com o apoio do Navio Oceanográfico “Professor Wladimir Besnard”, este da Universidade de São Paulo (USP).

De acordo com o sítio eletrônico da SECIRM⁸, a tarefa prevista era a de fazer reconhecimento hidrográfico, oceanográfico e meteorológico na área de operações de interesse do Brasil e selecionar local para instalação da futura Estação Antártica brasileira.

Como resultado dessa primeira OPERANTAR, já em setembro de 1983, o Brasil foi aceito como Membro Consultivo do Tratado da Antártica, passando a ter direito de voto

8 www.marinha.mil.br/secirm/proantar - Acesso em 21 de março de 2020.

nas deliberações sobre o sexto continente.

Na OPERANTAR II, realizada no verão seguinte, foram acrescentadas as tarefas de “transporte, escolha de local e a implantação da Estação brasileira”⁹.

A EACF foi instalada em 6 de fevereiro de 1984. Era composta de apenas oito módulos e foi inicialmente guarnecida por 12 militares. O primeiro Chefe da EACF foi o Capitão de Corveta (FN) Edison Nascimento Martins. Essa ocupação inicial se deu por 32 dias. Naquele ano a EACF foi desativada durante o inverno.

No ano seguinte, a EACF foi ampliada e passou a contar com trinta e três módulos. E em 1986, na OPERANTAR IV, houve a primeira “invernada”. A partir dali a Bandeira brasileira passaria a estar sempre hasteada no continente antártico com a presença constante de militares da Marinha do Brasil guarnecendo permanentemente as instalações de nossa Estação. Conforme consta do sítio eletrônico da SECIRM:

Nessa Operação [OPERANTAR IV (1985-1986)], pela primeira vez, um grupo de 11 brasileiros passou os oito meses de inverno no Continente Antártico e, desde então, o PROANTAR nunca deixou de manter hasteado na Antártica, todos os dias do ano, o pavilhão nacional.¹⁰

4.2 A FORÇA AÉREA BRASILEIRA NA ANTÁRTICA

Em 23 de agosto de 1983, pela primeira vez na história, uma aeronave da Força Aérea Brasileira (FAB) pousava na Antártica. Era uma aeronave C-130 Hércules do famoso Esquadrão “Gordo” (1º/1º GT)¹¹.

O Hércules C-130 é empregado até hoje no apoio à OPERANTAR. A contribuição da FAB é inestimável, conferindo maior versatilidade e velocidade às atividades do Estado brasileiro naquele continente.

⁹ www.marinha.mil.br/secirm/proantar-eacf - Acesso em 10 de março de 2020.

¹⁰ www.marinha.mil.br/secirm/proantar-eacf - Acesso em 10 de março de 2020.

¹¹ www.fab.mil.br/noticias/mostra/32646/PROGRAMA%20-%20FAB%20realiza%20apoio%20log%20C3%ADstico%20C3%A0%20Esta%20C3%A7%C3%A3o%20Ant%20C3%A1rtica%20Comandante%20Ferraz%20h%C3%A1%2035%20anos – Acesso em 26 de março de 2020.

Todos os anos a FAB faz cerca de dez voos de apoio à Operação Antártica, inclusive voos de ressuprimento logístico no inverno, quando são lançados víveres e sobressalentes ao Grupo Base que garante a EACF.

Normalmente são programados seis voos de verão e quatro voos de inverno em cada OPERANTAR. Contudo, por vezes, esses voos são cancelados em virtude de condições meteorológicas desfavoráveis. Especificamente nos voos de reabastecimento no inverno as aeronaves C-130 da FAB não aterrissam no aeródromo da base chilena de Frei.

O Esquadrão “Gordo”, como é conhecido, fica sediado no Rio de Janeiro-RJ. Nos seus voos em apoio à OPERANTAR eles decolam da capital fluminense e fazem escala na cidade de Pelotas, onde, dentre outras coisas, militares e civis recebem uniformes e vestimentas para frio que são fornecidos pela Estação de Apoio Antártico de Rio Grande (ESANTAR – Rio Grande). De Pelotas o C-130 se dirige à cidade de Punta Arenas, no extremo sul do Chile. Durante o verão antártico os voos de apoio da FAB costumam aterrissar na Base Presidente Eduardo Frei Montalva, administrada pela Força Aérea do Chile. A Base Frei se localiza na Ilha Rei George, a mesma em que se encontra a EACF.

No inverno, contudo, o procedimento é diferente. As condições meteorológicas dificultam o pouso na Base Frei e não há navios de apoio para levar os materiais e gêneros até a EACF. Por esse motivo, as cargas são lançadas de paraquedas nas proximidades de Ferraz em estreita coordenação com a equipe de solo do Grupo Base. Trata-se de uma operação muito técnica que permite adestrar os pilotos militares brasileiros e as tripulações das aeronaves nesse tipo de atividade de reabastecimento em um ambiente bem diverso daquele em que normalmente nossos meios aéreos são empregados.

Os voos da FAB também transportam autoridades, pesquisadores, visitantes, nacionais de países amigos e, eventualmente, podem realizar apoio a evacuações aeromédicas.

A FAB é uma das poucas Forças Aéreas que atuam naquele continente o ano inteiro, inclusive nos meses de inverno. Isso demonstra o profissionalismo e o comprometimento com o cumprimento Missão do Esquadrão Gordo e da Força Aérea Brasileira.

4.3 A CIÊNCIA BRASILEIRA NA ANTÁRTICA

A grande estrela na Antártica é a ciência. No Brasil, o PROANTAR fica subordinado à Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (SECIRM) que, embora seja dirigida por um Almirante, está inserida em um contexto interministerial e multidisciplinar visando a apoiar a pesquisa científica no sexto continente.

Segundo o sítio eletrônico da SECIRM¹², ao longo de “três décadas, o PROANTAR pôde realizar uma média anual de vinte projetos de pesquisas nas áreas de oceanografia, biologia, biologia marinha, glaciologia, geologia, meteorologia e arquitetura”.

Esse investimento permitiu ao Brasil se consolidar como Membro Consultivo do Tratado da Antártica, com direito a voto e com poder de decisão nos destinos do continente.

No artigo intitulado “Brasil na Antártica, os Próximos 30 Anos”, assinado pelo Contra-Almirante Renato Batista de Melo (ex-SECIRM) e pelo Professor Paulo Eduardo A. S. Câmara e publicado na edição de maio/agosto de 2018 da Revista da ESG, estima-se que o PROANTAR, entre 1991 e 2012, investiu R\$ 51.199.569,12 em ciência na Antártica e R\$ 89.000.000,00 em logística e infraestrutura. O artigo clama por maior segurança orçamentária para a ciência antártica visando a que o Brasil não perca sua posição como Membro Consultivo do Tratado.

12 www.marinha.mil.br/secirm/proantar#indicadores - Acesso em 21 de março de 2020.

4.4 O INCÊNDIO DE 2012 E A NOVA EACF

Na madrugada de 25 de fevereiro de 2012, um incêndio iniciado no grupo gerador da EACF consumiu o prédio principal da Estação brasileira. O acidente ceifou a vida de dois militares do Grupo Base que guarneciam a Estação e levantou questionamentos na comunidade científica internacional quanto ao futuro do Programa Antártico Brasileiro.

Por ocasião do incêndio, o apoio internacional foi fundamental para minimizar os problemas causados. Somaram-se aos esforços meios diversos de Argentina, Chile, Polônia e Reino Unido. A Base Eduardo Frei recebeu, às 2h40 do dia 25 de fevereiro uma chamada de socorro informando sobre o incêndio em Ferraz. A Capitania dos Portos da Baía Fildes (Armada do Chile), localizada no complexo da Base Eduardo Frei, enviou às 3h46 dois botes Zodiac MK-VI com pessoal e equipamentos de combate a incêndio.

Apoiaram também o Rebocador “Lautaro” (Chile) e o navio “Puerto Deseado” (Argentina). A Estação Arctowski (Polônia), a mais próxima da EACF, enviou botes com pessoal para ajudar. Assim que amanheceu a Força Aérea Chilena enviou dois helicópteros. O navio HMS “Protector” da Royal Navy também apoiou no combate às chamas.

Uma aeronave da Força Aérea Argentina transportou civis brasileiros da Base Frei para Punta Arenas, de onde uma aeronave da FAB os transportou para o Brasil.¹³

Os navios “Ary Rongel” e “Almirante Maximiano”, que estavam em Punta

13

web.archive.org/web/20120417115247/http://www.mar.mil.br/hotsites/sala_imprensa/arquivos_PDF/nota_imprensa/notas_2012/estacao_antartica_cf/nota_26022012.pdf - Acesso em 28 de julho de 2020.

web.archive.org/web/20120309034730/http://www.mindef.gov.ar/prensa/comunicados.php?notId=2104 – Acesso em 28 de julho de 2020.

web.archive.org/web/20141129145804/https://navynews.co.uk/archive/news/item/3771 - Acesso em 28 de julho de 2020.

archive.is/20130115204516/http://www.armada.cl/prontus_armada/site/artic/20120225/pags/20120225155955.html - Acesso em 28 de julho de 2020.

Arenas, receberam ordem para retornar imediatamente à Enseada Martel, para apoiar na faina pós-incêndio.

Passado o choque inicial e uma vez avaliados os danos (avaliou-se que 70% da EACF fora destruída pelo incêndio)¹⁴ o Governo brasileiro deixou claro que não mediria esforços para reconstruir sua Estação na Antártica. Adquiriu no Canadá os Módulos Antárticos Emergenciais (MAE) que, durante a OPERANTAR XXXI, foram instalados sobre a estrutura do heliponto da estação destruída. Com isso o Brasil voltava a ter uma Estação operacional no continente, já a partir de março de 2013.

Concomitantemente, as pesquisas e o apoio logístico à Comunidade Científica continuaram a bordo dos navios “Ary Rongel” e “Almirante Maximiano” e nos diversos acampamentos que ocorrem a cada verão antártico.

No dia 28 de janeiro de 2013 a Marinha do Brasil e o Instituto de Arquitetos do Brasil lançaram edital de concurso público para selecionar um projeto para a reconstrução da EACF¹⁵. Podiam participar do concurso arquitetos brasileiros e estrangeiros associados a escritórios nacionais.

O Concurso foi vencido pela empresa Estúdio 41 Arquitetura, com sede em Curitiba (PR), que entregou o projeto executivo da nova EACF ao Comandante da Marinha no dia 10 de outubro de 2013¹⁶.

Uma vez contratado o projeto, foi lançado, ainda em 2013, edital para contratação de empresa nacional para construção da nova EACF com base no projeto apresentado pelo Estúdio 41. Como nenhuma empresa brasileira demonstrou interesse no edital, lançou-se um

¹⁴ www.marinha.mil.br/secirm/proantar-eacf - Acesso em 28 de julho de 2020.

¹⁵ iab.org.br/noticias/iab-e-marinha-lancam-edital-do-concurso-publico-de-arquitetura-para-reconstrucao-da-estacao - Acesso em 28 de julho de 2020.

¹⁶ www.ebc.com.br/tecnologia/2013/10/marinha-recebe-projeto-executivo-da-nova-estacao-antartica-comandante-ferraz - Acesso em 28 de julho de 2020.
<https://www.estudio41.com.br/projeto/estacao-antartica-comandante-ferraz/> - Acesso em 28 de julho de 2020.

novo em julho de 2014 que permitia a participação de empresas internacionais¹⁷. Essa licitação logrou êxito e a empresa vencedora foi a chinesa *China National Electronics Import & Export Corporation* (CEIEC), que assinou contrato com o governo brasileiro em 31 de agosto de 2015¹⁸. As obras iniciaram naquele mesmo ano.

Com valor contratado de USD 100.000.000,00 (cem milhões de dólares), as obras foram concluídas e a Nova EACF foi inaugurada em 15 de janeiro de 2020, em cerimônia presidida pelo Vice-Presidente da República, o General Antônio Hamilton Martins Mourão, com a presença de diversos ministros de estado e convidados das estações Machu Picchu (Peru) e Arctowski (Polônia)¹⁹.

As ações que se seguiram ao infortúnio de 2012 serviram para atestar perante a Comunidade Internacional o compromisso do Brasil e da Sociedade brasileira com o seu Programa Antártico e com a presença permanente do Brasil naquele continente.

4.5 DESAFIOS FUTUROS E SUGESTÕES DE AÇÕES PARA O PROANTAR

É consenso que o Sistema do Tratado da Antártica tem tido grande sucesso na preservação ambiental e na manutenção do status político do continente no que concerne o fato de que, hoje, nenhum país possui qualquer porção de seu território, a despeito das sete reivindicações territoriais existentes antes da assinatura do Tratado da Antártica em 1959.

No que diz respeito à exploração de recursos minerais no continente, o Art. 7 do Protocolo de Madri é bem direto: “É proibida qualquer atividade relacionada com recursos minerais, exceto a de pesquisa científica”. Mais claro impossível. Simplesmente não se pode

¹⁷ <https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/noticias/ultimas-noticias/marinha-lanca-edital-para-reconstrucao-da-estacao-antartica-comandante-ferraz> - Acesso em 28 de julho de 2020.

¹⁸ <https://www.marinha.mil.br/secirm/reconstrucao> - Acesso em 28 de julho de 2020.

¹⁹ As estações de Machu Picchu e Arctowski são as que se encontram geograficamente mais próximas da EACF. O deslocamento entre a EACF e essas estações leva cerca de 30 minutos por meio de bote pneumático, considerando-se boas condições meteorológicas. Segundo o Capitão de Corveta Rafael Santana da Rocha, Subchefe da EACF por ocasião da inauguração, em conversa com o autor desta pesquisa, outras estações foram convidadas, mas não puderam enviar representantes em virtude das distâncias e dificuldades de deslocamento inerentes à região.

fazer exploração dos recursos minerais do continente.

No entanto, o Protocolo de Madri também prevê em seu Artigo 25 a possibilidade de revisões dos termos do estatuto a partir de 2048. Eventuais alterações propostas deverão ser aceitas por maioria de três quartos dos Estados que, no momento da adoção do Protocolo de Madri, fossem Partes Consultivas do Tratado da Antártica.

Pode-se argumentar que ainda faltam quase três décadas até que uma eventual proposta de revisão seja possível e que é simplesmente impossível saber como será o mundo até lá. Isso é verdade. As incertezas existentes e a velocidade com que cenários mudam no mundo VUCA (acrônimo inglês que, traduzindo-se, quer dizer: Volátil, Incerto, Complexo e Ambíguo) em que vivemos, simplesmente impede a elaboração de uma previsão confiável do cenário em 2048. Contudo, o mesmo argumento pode ser empregado para se refletir sobre a possibilidade de que efetivamente haja mudanças ao status do Protocolo de Madri e, por que não, ao Tratado da Antártica como um todo.

O Tratado da Antártica foi assinado em 1959. O mundo vivia a realidade da Guerra Fria. O poder era dividido entre os EUA e a então União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Desde então, o mundo mudou. O muro de Berlim caiu; a URSS se desintegrou; a União Europeia surgiu, cresceu, solidificou-se e agora começa a dar sinais de incertezas diante dos desafios presentes; e, principalmente, a China cresceu e passou a se apresentar como contraponto à hegemonia dos EUA.

O mundo possui hoje quase 8 bilhões de pessoas e a demanda por consumo de alimentos e recursos minerais deve continuar a crescer durante muito tempo ainda. Dentro de tal contexto é razoável que se levantem possibilidades de mudanças consideráveis na estabilidade política que se desenvolveu na Antártica desde 1959.

Sendo assim, o Brasil, como ator relevante no Atlântico Sul, tendo o continente Antártico no seu entorno estratégico, deve levar em conta essa possibilidade e desenvolver

planejamento e ações a fim de defender seus interesses conforme preveem as alíneas “c” e “d” do Artigo 8 do Decreto 94.401/1987, que aprovou a Política Nacional para assuntos antárticos. Se porventura nada mudar no Tratado da Antártica, tanto melhor. Contudo, esperar para se preparar para possíveis mudanças somente quando o problema for iminente pode custar caro ao país.

4.6 A PESQUISA NA ANTÁRTICA E O RETORNO TANGÍVEL PARA A SOCIEDADE

Em 2020, a nova Estação Antártica Comandante Ferraz foi reinaugurada com a devida pompa e alegria que a ocasião exigia. A cerimônia foi presidida pelo Vice-Presidente da República e foi televisada em tempo real via satélite. Esse evento repleto de simbolismo encheu de esperança aqueles que de alguma forma estão ou já estiveram engajados nas atividades do PROANTAR, sejam eles civis ou militares. Mas uma pergunta ficou no ar: e agora?

De acordo com dados levantados junto à SECIRM, em 2019, o PROANTAR teve 29²⁰ projetos ativos de diversas organizações brasileiras. O STA deixa claro que o pano de fundo sobre o qual as atividades dos diversos países no Continente Gelado devem se desenvolver é aquele da pesquisa científica.

Ainda segundo informações fornecidas pela SECIRM:

- O custo anual médio do período de manutenção geral (PMG) - realizado anualmente - do navio “Ary Rongel” é da ordem de R\$ 13 milhões, e do navio “Almirante Maximiano” é da ordem de R\$ 14 milhões;
- Anualmente são investidos cerca de R\$ 7 milhões com materiais, equipamentos e gêneros necessários ao funcionamento da EACF e ao desenvolvimento de atividades

20 Informação obtida por meio de questionário respondido pelo Chefe do Programa Antártico Brasileiro, CMG (FN) Marcelo Cristiano Gomes da Silva.

de projetos de pesquisa, assim como à manutenção, aquisição e modernização de equipamentos e sistemas da EACF. Desses R\$ 7 milhões, R\$ 3 milhões são oriundos de Emendas Parlamentares e R\$ 4 milhões são verbas discricionárias alocadas anualmente ao PROANTAR;

- Para operação dos dois navios na OPERANTAR, a MB realiza custeio de cerca de R\$ 25 milhões com pessoal; R\$ 1 milhão com material de consumo (sobressalentes, marinharia, salvação, etc.); R\$ 2,5 milhões com aquisição de gêneros; e R\$ 1,5 milhão com despesas diversas de comunicações, custos portuários, etc.;
- Anualmente são destinados aproximadamente R\$ 1,5 milhão para manutenção preventiva das duas aeronaves de asa rotativa que operam a bordo dos navios durante a OPERANTAR em apoio às pesquisas e visando a eventual salvaguarda da vida humana;
- A FAB, que anualmente apoia a OPERANTAR com 10 voos programados (6 no verão e 4 no inverno), disponibiliza cerca de R\$ 10 milhões para manutenção de suas aeronaves C-130 visando ao apoio prestado ao PROANTAR;
- O Governo Federal injetou R\$ 18 milhões por meio do Edital 21/2018 (CNPQ/MCTIC/CAPES/FNDCT) que, tendo validade de quatro anos, permitiu inserir 19 projetos no PROANTAR²¹.

Esses são alguns dos valores recentes empregados no apoio ao Programa Antártico Brasileiro. Fica bem claro que pesquisar ao sul do paralelo 60° S não é barato. É justo que, cada vez mais, a Sociedade questione quais benefícios práticos a pesquisa na Antártica trará ao país.

O gráfico abaixo apresenta o orçamento logístico do PROANTAR no decênio 2009-2018.

²¹ MATTOS; CÂMARA, 2020.

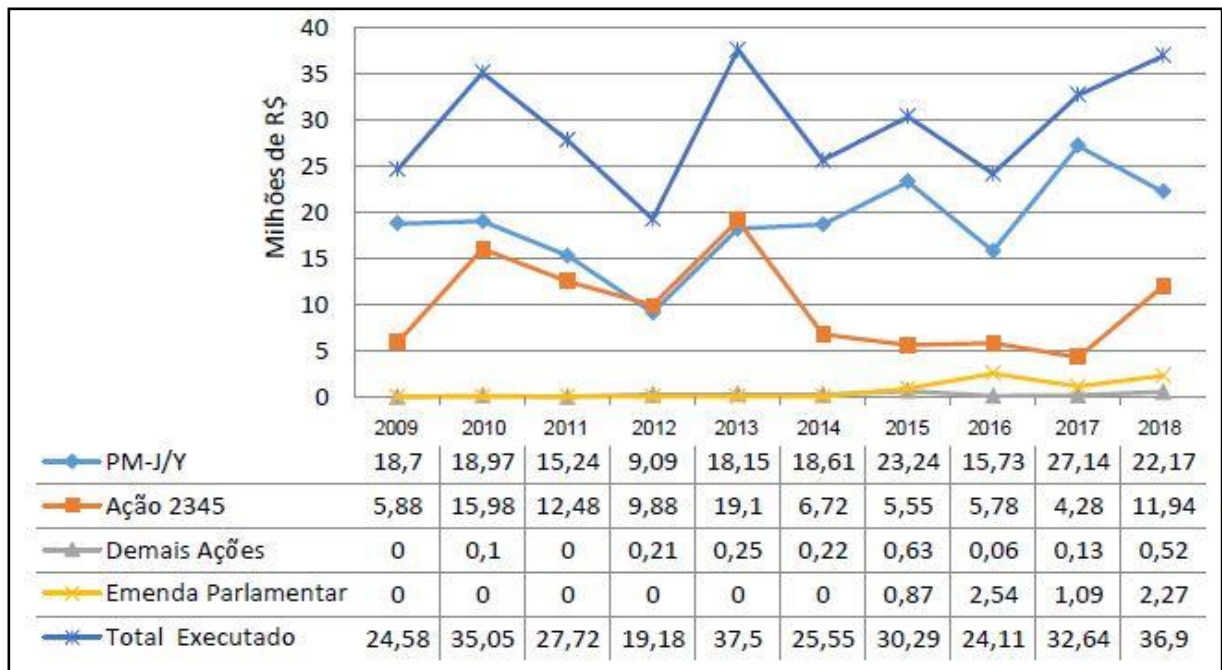


GRÁFICO 1 – Orçamento logístico do PROANTAR (Plano de Ação e Emenda Parlamentar: 2009-2018)
Fonte: LEITE, 2019.

A inauguração da EACF ocorrida em janeiro de 2020 foi transmitida ao vivo pela TV BRASIL. Essa transmissão pode ser vista também no canal da TV BRASIL no YouTube. No YouTube, pode-se observar alguns comentários questionando o porquê de o Brasil estar na Antártica.²² Alguns questionamentos são feitos de maneira razoável, por pessoas que, como contribuintes, desejam saber onde os recursos públicos são alocados.

Este trabalho não encontrou, dentre as pesquisas desenvolvidas desde a primeira OPERANTAR, qualquer trabalho científico ou técnico que tenha resultado em uma patente, produto ou benefício tangível que pudesse ser apresentado à Sociedade brasileira visando a demonstrar, de forma concreta, uma vantagem ligada à pesquisa na Antártica. Esclarece-se que isso não significa que tais patentes ou produtos não existam, mas simplesmente que, ao longo da pesquisa feita para este trabalho, esses resultados concretos na forma de patentes ou

²² www.youtube.com/watch?v=gtDhULvXpfU – Acesso em 20 de março de 2020.

produtos não foram identificados.

Feita essa ressalva, ressalta-se que em um mundo onde as informações sobre gastos públicos estão cada dia mais acessíveis à população é importante que a Comunidade Científica e o Estado brasileiro estejam prontos para defender a importância da Antártica para o país. A dificuldade de apresentar benefícios concretos e tangíveis após mais de três décadas e meia de presença contínua naquele continente pode gerar situações desagradáveis e impor crescentes dificuldades ao custeio do Programa.

Este trabalho não está, de maneira nenhuma, afirmando que o estudo feito na Antártica não trouxe benefícios ao Brasil. Os estudos de correntes marítimas; gradientes de salinidade do mar; a identificação por meio de material genético de fungos extremófilos com suas propriedades de resistência a temperaturas extremas e as possibilidades que isso traz no desenvolvimento de novas substâncias anticongelantes; o estudo do padrão migratório de aves e de cetáceos; etc.; tudo isso tem valor e grande potencial. O argumento feito neste trabalho é que, em virtude dos valores investidos pelo país ao longo das quase quatro décadas do PROANTAR, é razoável crer que em algum momento a sociedade pode exigir prestação de contas na forma de benefícios tangíveis oriundos de tais pesquisas. Nesse caso, tanto a Comunidade Científica quanto os demais atores envolvidos com o Programa devem ter condições de prestar esclarecimentos que tenham substância suficiente a fim de convencer a sociedade da relevância de tais pesquisas. A criação de patentes é uma dessas formas, não sendo a única capaz de satisfazer eventuais questionamentos por parte dos cidadãos brasileiros.

4.7 NOVOS MEIOS PARA O PROANTAR

Há a previsão de substituição do NApOc “Ary Rongel” por um novo navio a ser construído no Brasil. O novo Navio de Apoio Antártico (NApAnt) não será um navio quebra

gelo, o que não é, em absoluto, impeditivo para que o Estado brasileiro possa visar a expandir suas operações para localidades mais ao sul do continente. Embora não seja o escopo desta pesquisa, vale ressaltar que a construção desse meio naval em estaleiro nacional é uma excelente notícia para a indústria naval brasileira. O Diário Oficial da União nº 242 de 16 de dezembro de 2019, Seção 1, página 66 publicou o crédito suplementar de R\$250 milhões para a construção do navio. Sem dúvida é um benefício econômico direto para o Brasil e que se deve diretamente ao Programa Antártico Brasileiro.

A Marinha do Brasil também adquiriu recentemente aeronaves de asa rotativa UH-17 da Helibras (subsidiária brasileira da Airbus Helicopters) para operarem na Antártica em substituição aos helicópteros Esquilo biturbina do 1º Esquadrão de Helicópteros de Emprego Geral (HU-1). Na página da Marinha do Brasil, no dia 10 de julho de 2020, a MB informava o recebimento da segunda aeronave UH-17. De acordo com a publicação “A obtenção das aeronaves UH-17 tem como objetivo principal evitar uma lacuna nas operações aéreas embarcadas nos navios que apoiam o Programa Antártico Brasileiro.”²³ Essas aeronaves, dentre outros atributos, possuem maior peso máximo de decolagem e novos equipamentos compatíveis com óculos de visão noturna.

4.8 SUGESTÕES PARA OS PRÓXIMOS PASSOS NO SÉCULO XXI

Como dito anteriormente, a Sociedade brasileira tem cada dia mais acesso a informações relativas aos gastos e investimentos com dinheiro público. Isso é ótimo e impõe aos gestores grandes desafios no que diz respeito ao cuidado e à prestação de contas à Sociedade. Uma população mais bem informada e participativa cobra mais de seus governantes e gestores e estes, por sua vez, se veem obrigados a melhor gerir o erário, com ética, responsabilidade e de forma a atender aos anseios dos contribuintes.

23 www.marinha.mil.br/noticias/marinha-do-brasil-recebe-segunda-aeronave-uh-17-para-operacao-antartica - Acesso em 11 de julho de 2020.

É bem certo que esses anseios são por vezes difusos e carecem de objetividade e isso pode dificultar a identificação do norte a seguir ou, até mesmo, fazer com que seja perseguido um objetivo totalmente diferente daquele que a Sociedade deseja.

O PROANTAR e a presença brasileira na Antártica, a despeito de suas quase quatro décadas de existência, são na verdade grandes desconhecidos da vasta maioria do povo brasileiro. Isso possui alguns aspectos positivos no sentido que dificilmente alguém cobra aquilo que desconhece. No entanto, sabendo-se da lisura com que a SECIRM trata o erário e a importância científica e geopolítica da presença brasileira na Antártica, tal “vantagem” não se justifica. Dentre os aspectos negativos que tal fato impõe, pode-se dizer que, ninguém apoia ou defende aquilo que desconhece. Em um cenário fiscal em que os recursos públicos para os diversos projetos governamentais tendem a sofrer crescentes cortes, como pedir que a opinião pública exija apoio e recursos para um programa que ela desconhece e cujos benefícios a Sociedade não consegue vislumbrar de imediato?

Se levarmos em conta as incertezas que cercam o Tratado da Antártica nas próximas décadas e as mudanças no cenário geopolítico atual e vindouro, a divulgação do Programa Antártico Brasileiro de forma sistêmica e profissional para a população se torna fundamental. Os esforços nacionais que podem vir a ser necessários a fim de defender os interesses do Brasil na Antártica deverão ter respaldo popular e tal respaldo só se consegue convencendo a população de que algo tem relevância.

Com o intuito de enfrentar esta questão, este trabalho apresenta algumas sugestões para aumento da Consciência Antártica no Brasil e maior participação geopolítica brasileira naquele continente. Algumas dessas sugestões podem ser implementadas de imediato, com baixo custo; outras demandarão maiores estudos e investimentos; outras, ainda, demandarão vontade política e apoio popular. Sendo assim, listam-se abaixo algumas ações que poderiam reforçar tudo aquilo que o País já vem fazendo e corroborar o compromisso da presença

brasileira na Antártica como parte do entorno estratégico brasileiro.

4.8.1 Dia da Antártica

Instituir oficialmente um dia chamado “Dia da Antártica” a ser celebrado e divulgado oficialmente. Tal dia deve ser divulgado em escolas (especialmente as de ensino fundamental). Deve-se dar conhecimento da importância da Antártica para o mundo e para o Brasil.

A organização *Foundation for the Good Governance of International Spaces* (www.ourspaces.org.uk), criada em 2009 após a realização do *Antarctic Treaty Summit 2009* (www.atsummit50.org), vem comemorando e divulgando, desde 2010, o dia 1º de dezembro como sendo o “Dia da Antártica” (em referência à data de assinatura do Tratado da Antártica).

O Brasil poderia adotar essa mesma data, ou poderia estabelecer uma outra mais relacionada à nossa história na Antártica, como o 6 de fevereiro, data da inauguração da EACF; 16 de maio, data da adesão; ou 23 de setembro, data que o país se tornou membro consultivo do Tratado da Antártica. O importante seria divulgar a data e sua importância de forma a aumentar a consciência antártica no seio da população brasileira.

4.8.2 Divulgação do PROANTAR em escolas

Divulgar o PROANTAR em escolas é um investimento barato que, a longo prazo, pode se mostrar muito eficiente. A sugestão é, por meio de videoconferências, trazer a Antártica para dentro de escolas de todo o Brasil. Usando-se plataformas digitais podem ser feitas videoconferências de estudantes e professores com membros dos Grupos-Base. Tal evento poderia ser agendado quinzenalmente nos meses compreendidos entre seguintes à partida dos navios da MB da Antártica (geralmente março) e seu regresso na OPERANTAR seguinte (normalmente outubro/novembro). Esse período normalmente é mais calmo, não

comprometendo o andamento das atividades na EACF e permitindo uma maior participação dos diversos componentes dos Grupos-Base na divulgação do Programa Antártico Brasileiro.

Um bom exemplo de uma iniciativa simples e barata é um programa que havia até recentemente em que crianças de escolas do estado do Rio Grande do Sul escreviam cartas para os membros do Grupo Base. Os militares do GB respondiam essas cartas e a SECIRM fazia com que chegassem às mãos dessas crianças. Receber uma carta dessas pode marcar muito algumas dessas crianças e com certeza deixará, para o resto da vida, uma impressão positiva do PROANTAR.

Outro exemplo digno de nota é o da Profa. Dra. Silvia Dotta que, por meio da organização InterAntar (www.interantar.com) oferece, desde 2014, um curso de extensão à distância dirigido a professores do ensino fundamental e médio visando a inserir as ciências polares no currículo da Educação Básica.

4.8.3 Antártica no Curso de Formação de Diplomatas – Instituto Rio Branco

Os programas do curso de formação de diplomatas do Instituto Rio Branco a que esta pesquisa²⁴ teve acesso não traziam, em seu conteúdo programático, qualquer menção direta à Antártica ou ao PROANTAR.

Sugere-se que sejam envidados esforços para que tal assunto seja inserido na cadeira de Defesa, Segurança e Política Externa. Palestras podem ser ministradas por pessoal da SECIRM, assim como por instrutores da Escola de Guerra Naval.

4.8.4 Antártica no ciclo de palestras da EGN, ECEME, ECEMAR e ESG

Incluir o assunto “Antártica” no ciclo permanente de palestras para Oficiais

24 www.institutorio Branco.itamaraty.gov.br/images/pdf/CFD/CFD-Programa-de-Trabalho-Curso-de-Formacao-2018.pdf – Acesso em 15 de junho de 2020; e www.institutorio Branco.itamaraty.gov.br/images/pdf/CFD/2019/programa-de-trabalho-de-formao-de-Diplomatas.pdf – Acesso em 15 de junho de 2020.

realizando cursos de Estado-Maior nas Escolas das três forças singulares e na Escola Superior de Guerra incluindo o tema formalmente nos programas de ensino.

4.8.5 Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia na ESG para Chefes da EACF

Sugere-se que os Oficiais que tenham exercido a função de Chefes da EACF sejam matriculados como Estagiários no Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia da ESG na primeira oportunidade possível após seu regresso da Antártica, pois trata-se de um curso onde é maior a participação de civis dos diversos segmentos da sociedade brasileira. Esses Oficiais devem agir como difusores do Programa Antártico Brasileiro naquela Organização. Seus trabalhos de conclusão de curso devem, preferencialmente, versar sobre a Antártica e, ao longo do curso, devem realizar ao menos uma apresentação sobre o PROANTAR, para os demais estagiários.

4.8.6 Participação do Exército Brasileiro no PROANTAR

Muito já se falou neste trabalho sobre a importância do Exército Brasileiro na história do Brasil na Antártica. Curiosamente, das três forças singulares, o EB é a única que não desempenha atividade no PROANTAR. A participação do Exército no PROANTAR traria para o Programa mais um ator de peso, com pessoal qualificado e capaz de contribuir com a missão da SECIRM. Desde o início da presença brasileira na Antártica que o programa conta com a participação de alpinistas civis, que fazem o importante trabalho de acompanharem os grupos de cientistas que se deslocam no continente para realizarem suas pesquisas. Talvez militares do EB, especializados em Montanhismo, devidamente certificados, possam no futuro fazer essa tarefa no lugar dos civis, durante o verão antártico. Há registro do emprego dos militares do Exército espanhol no programa antártico daquele país, exatamente para essas tarefas.

4.8.7 Participação de empresas privadas no PROANTAR

O PROANTAR é rico em participantes governamentais. Desde universidades e instituições de pesquisas, passando por órgãos ambientais, até as Forças Armadas. No entanto, não se vê muita participação de organizações privadas no Programa.

Um exemplo raro e de claro sucesso é o da empresa de telecomunicações OI. A importância dessa empresa de comunicações para o dia a dia das atividades na EACF é enorme. A um custo altíssimo a OI mantém a telefonia e a internet na península Keller, prestando um serviço de qualidade a pesquisadores e militares participantes das atividades do PROANTAR. Em contrapartida, a capacidade de prestar tal serviço é certamente um diferencial no portfólio de atividades da OI. A possibilidade de associar a imagem da empresa a um Programa de Estado com quase quatro décadas de sucesso tem um valor intangível altíssimo, o que a empresa bem conhece e explora, como por exemplo em seu vídeo no YouTube intitulado “A Oi está na Antártica” e que pode ser visualizado no endereço eletrônico www.youtube.com/watch?v=AHRJo058oO0.

A abertura de espaço e a geração de incentivos para que outras empresas possam associar sua imagem ao PROANTAR é uma iniciativa que poderia beneficiar em muito o Programa. Empresas fabricantes de protetores solares (amplamente usados na Antártica); de óculos escuros; de roupas e equipamentos para ambientes gelados; de material esportivo; de radiocomunicação; de alimentos; etc. As opções são diversas. A imagem positiva que o Programa Antártico Brasileiro possui associado ao apelo que a Antártica tem no imaginário popular são fatores de força que, se bem explorados, poderiam ajudar a aumentar a mentalidade antártica no Brasil e, até mesmo, servir de fonte de recursos para ajudar a custear as diversas atividades do PROANTAR.

4.8.8 Incentivo à criação de patentes

A pesquisa científica é a mola mestra que, nos termos do Tratado da Antártica, garante aos países signatários daquele acordo uma cadeira para decidir sobre o futuro do Continente. Nossos pesquisadores desenvolvem trabalhos de grande importância nos diversos espectros do conhecimento científico. Contudo todo esse conhecimento acadêmico e científico gerado desde a primeira OPERANTAR não tem sido convertido em retorno tangível para a sociedade brasileira em termos de novos produtos ou serviços que possam beneficiar consumidores ou organizações brasileiras.

A Sociedade brasileira financia os altos custos de tudo aquilo que é feito na Antártica por meio do PROANTAR. Como já mencionado anteriormente, será natural que, em um cenário onde há cada vez mais necessidades competindo pelos recursos do erário, a Sociedade passe a se perguntar quais benefícios concretos o investimento no PROANTAR tem trazido para o país. Responder a essa pergunta apresentando benefícios intangíveis tais como maior visibilidade geopolítica ou um aumento no número de mestres e doutores com pesquisas relacionadas ao continente antártico podem não ser suficientes para que a Sociedade defenda o PROANTAR.

Tendo isso em mente, e com a convicção de que muito do que se aprende com a pesquisa na Antártica tem potencial econômico, apresenta-se a sugestão de encorajar nossos pesquisadores e suas instituições a patentear aquilo que vierem a descobrir. A SECIRM poderia estreitar laços com o Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), fomentando palestras e servindo de elo entre academia e o INPI.

A habilidade de apresentar resultados concretos à sociedade brasileira poderá fazer a diferença na hora de contar com o apoio para recursos orçamentários para o PROANTAR e suporte às pesquisas por ele geradas.

4.8.9 Aquisição de Navio Quebra- Gelo

Essa é uma das propostas que demandam não só recursos financeiros, mas também certa vontade política. A aquisição de um navio quebra-gelo abriria as portas para a presença do Brasil em águas ainda mais austrais com meios próprios, sem depender de terceiros. O PROANTAR poderia chegar mais longe e permanecer por mais tempo operando com capacidade que hoje não tem por falta de tal equipamento.

Em um cenário de incertezas geopolíticas para as próximas décadas é fundamental que o Estado brasileiro demonstre vontade política de defender seus interesses no seu entorno estratégico.

4.8.10 Criação de mais uma Estação Antártica

Talvez seja a proposta mais controversa, mas seria aquela que, em se concretizando, demonstraria inequivocamente o compromisso do Brasil com o PROANTAR e com o futuro do continente antártico.

A escolha de uma nova área para uma futura estação poderia ser feita com a participação da Comunidade Científica. Isso garantiria apoio de grupos que têm grandes interesses na continuidade e na evolução da pesquisa antártica.

A criação de uma segunda estação antártica abriria espaço para que mais atores relevantes pudessem apoiar e participar das atividades do PROANTAR. Quem sabe se, com a prontificação da nova EACF e a consequente desativação dos MAE, estes não poderiam ser empregados para dar a partida em uma segunda Estação para o Brasil?

5 CONCLUSÃO

Esta pesquisa visou a fazer um levantamento histórico do Programa Antártico Brasileiro, complementado por propostas para que futuros líderes, militares ou civis, possam pensar sobre as possibilidades e desafios da presença brasileira na Antártica.

Desde os estudos preliminares de militares do Exército Brasileiro e da Escola Superior de Guerra, passando por Therezinha de Castro com sua tese da defrontação, seguida pelo Atlas Histórico Escolar do MEC e o contundente discurso do Deputado Eurípides Cardoso de Menezes, até chegarmos à criação do PROANTAR e à Estação Antártica Comandante Ferraz passaram-se quase três décadas.

Muitos são os heróis anônimos dessa jornada no tempo e no espaço. Muitos são aqueles que, silenciosamente, ao longo dessas décadas que antecederam o PROANTAR e daquelas desde sua criação, tem-se dedicado à manutenção e ao crescimento do Programa Antártico Brasileiro em seus diversos aspectos.

O capítulo 2 deste trabalho se preocupa em explicar a teoria sob a qual este trabalho se desenvolveu. A Teoria Realista das relações internacionais coloca o Estado como ator principal no concerto das Nações e tem as variáveis “interesses e poder” como os fatores que regem as relações entre os diversos estados.

O capítulo 3 desta pesquisa se dedicou principalmente a aspectos históricos do Programa Antártico. Pessoas e instituições relevantes para que o Brasil chegasse à Enseada Martel foram citadas. Achou-se importante, por dever de justiça, fazer um resgate da importância do Exército Brasileiro e da Escola Superior de Guerra como fomentadores da importância da Antártica e da presença do Brasil como ator geopolítico naquele continente.

Foram feitas algumas críticas à maneira como o nosso programa antártico começou sem que o Brasil tivesse necessariamente uma política de Estado para aquele continente. Essa crítica visa a ser construtiva e tem o intuito de alertar o leitor, especialmente

aquele que porventura um dia possa influenciar as decisões da Marinha e do Brasil. Essa falta de norte, em uma postura típica de “primeiro faz e depois ajusta” (a despeito das duas décadas decorridas entre o estudo do Tenente-Coronel Bouças e a adesão ao Tratado da Antártica) não é incomum de se ver em outras esferas da administração pública nacional, mas deve ser evitada sempre.

Por fim, buscou-se trazer à discussão algo que ainda é pouco debatido (ainda que não seja ignorado) pelas organizações nacionais envolvidas no PROANTAR: a possibilidade de mudanças futuras ao Tratado da Antártica, especialmente no que diz respeito ao Protocolo de Madri a partir de 2048.

Não foi fácil tomar a decisão de fazer essa abordagem prospectiva em virtude de não haver muito material de referência. O receio principal foi o de cair na armadilha de transformar um trabalho acadêmico de natureza científica em algo que findasse por se aproximar de um exercício de adivinhação.

A despeito de tal receio, o autor julgou que este é um momento apropriado para trazer à luz, no âmbito da EGN, essa discussão já iniciada recentemente pela SECIRM e pela ESG. A Escola de Guerra Naval é, em grande parte, a maior responsável pela constante evolução do pensamento estratégico naval no Brasil e, sem modéstia, pode-se afirmar que sem a participação direta da Marinha do Brasil, a presença nacional no espaço geográfico da Antártica talvez ficasse inviabilizada devido às inúmeras dificuldades sociais, políticas e econômicas por que o Brasil passou desde a primeira OPERANTAR.

O Tratado da Antártica, como dito anteriormente, foi criado em 1959, dentro do cenário geopolítico da Guerra Fria. De lá para cá o mundo mudou. Os principais atores geopolíticos de outrora já não são todos os mesmos. A China demonstra forte determinação em se consolidar como potência global, e com crescente necessidade de recursos minerais para atender suas demandas econômicas.

Dentro do escopo da Antártica, a China inaugurou sua primeira estação naquele continente em 1985 e hoje possui quatro estações de pesquisas²⁵ e dois navios quebra gelo. Não surpreende que tenha sido uma empresa chinesa a responsável pela construção da nova EACF após o incêndio.

Dentro das mudanças por que o mundo passou e tendo-se em mente as incertezas geopolíticas para as próximas décadas, não é difícil imaginar um mundo em que a demanda por mais recursos minerais possa levar alguns estados a questionarem os termos do Tratado da Antártica e as limitações por ele impostas.

A intenção principal desta pesquisa foi justamente levantar essa questão para que os decisores competentes possam estar atentos ao assunto. Como foi dito ao longo do trabalho, a SECIRM em parceria com a ESG promoveu uma primeira discussão sobre a possibilidade de mudanças a partir de 2048.

Complementarmente, a Revista da ESG publicou o já citado artigo “Brasil na Antártica, os Próximos 30 Anos” do Almirante Renato Melo em conjunto com o Professor Doutor Paulo Câmara.

A Revista Marítima Brasileira, em sua edição do 1º trimestre de 2020 publicou artigo²⁶, também de autoria do Prof. Dr. Paulo Câmara em conjunto com o CMG (RM1) Leonardo Faria de Mattos, instrutor de Geopolítica da EGN, onde o assunto também é abordado. Nesse artigo chegam até a afirmar que “Não há como garantir que o Protocolo de Madri não será quebrado antes de 2048.”

As discussões estão surgindo, mas são iniciativas ainda isoladas e tímidas diante da complexidade do tema e dos desafios que qualquer empreitada na Antártica impõe. É importante que cenários sejam estudados e que o Brasil possa ter bem claro para si e para a

25 www.comnap.aq/our-members/chinese-arctic-antarctic-administration-cao/#:~:text=China%20has%20established%20three%20Antarctic,summer%20and%2040%20in%20winter - Acesso em 10 de junho de 2020.

26 A Ciência Antártica como Ferramenta Geopolítica para o Brasil.

Sociedade quais são seus interesses. Nada envolvendo a Antártica acontece rapidamente. Do estudo do Coronel Bouças até a adesão do Brasil ao Tratado da Antártica foram 20 anos. Dessa adesão até a criação do PROANTAR foram mais sete anos. Da criação do PROANTAR até o Decreto que aprovou a Política Nacional para Assuntos Antárticos foram mais cinco anos. E os exemplos vão se acumulando.

Assim como “esquadras não se improvisam”, o Brasil não pode improvisar nesse assunto sensível, posto que trata do único continente praticamente intocado pelo homem e em cujas águas, solo e subsolo certamente existem recursos vultosos em quantidades ainda inimagináveis e capazes de despertar a cobiça das mais diversas nações. Deixar para discutir e decidir a posição oficial que o Brasil adotará somente quando os demais atores nacionais já estiverem posicionados pode representar grandes prejuízos ao país e nos obrigará a reagir a ações de terceiros, tornando-nos coadjuvantes quando temos as condições técnicas, geográficas, econômicas e humanas para sermos protagonistas nessa questão.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Decreto nº 86.829, de 12 de janeiro de 1982. Cria a Comissão Nacional para Assuntos Antárticos (CONANTAR) e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 13 jan. 1982.
- _____. Decreto nº 94.401, de 3 de junho de 1987. Aprova a Política Nacional para Assuntos Antárticos.. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 4 jun. 1987.
- _____. **Estratégia Nacional de Defesa**. [S. l.], 2012. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/estado_e_defesa/END-PNDa_Optimized.pdf. Acesso em: 10 mar. 2020.
- CÂMARA, Paulo Eduardo A. S.; MELO, Renato Batista de. **Brasil na Antártica, os próximos 30 anos**. Revista da Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro, v. 33, ed. 68, p. 64 - 81, maio/ago. 2018.
- COMANDO DA MARINHA. Participação da União no Capital da Empresa Gerencial de Projetos Navais - EMGEPRON - Obtenção de Navio de Apoio Antártico - Nacional. **Diário Oficial da União**: Seção 1, Brasília, ed. 242, p. 66, 16 dez. 2019.
- CONGRESSO NACIONAL. **Diário do Congresso Nacional**. Discurso do Deputado Eurípides Cardoso de Menezes. Brasília, ano XXV, n. 50, p. 728 -729, 29 nov. 1970.
- DODDS, Klaus. **In 30 years the Antarctic Treaty becomes modifiable, and the fate of a continent could hang in the balance**. [S. l.], 12 fev. 2018. Disponível em: <https://theconversation.com/in-30-years-the-antarctic-treaty-becomes-modifiable-and-the-fate-of-a-continent-could-hang-in-the-balance-98654>. Acesso em: 28 fev. 2020.
- ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO EM EDUCAÇÃO, COMUNICAÇÃO E POPULARIZAÇÃO DAS CIÊNCIAS POLARES. [S. l.], 2020. Disponível em: www.interantar.com. Acesso em 5 ago. 2020.
- FERREIRA, Felipe Rodrigues Gomes. **O Sistema do Tratado da Antártica: evolução do regime e seu impacto na política externa brasileira**. 2005. 248 p. Dissertação (Mestrado) - Instituto Rio Branco, Brasília, 2005.
- FRANÇA, Lessa Júnia; VASCONCELLOS, Ana Cristina de. **Manual para Normalização de Publicações Técnico-Científicas**. 8. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007. 255 p.
- LEITE, Nelson de Oliveira. **A importância dos principais atores do Programa Antártico para a permanência brasileira como membro consultivo do Tratado Antártico**. 2019. 111 p. Tese (Doutorado) – Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, 2019.
- MATTOS, Leonardo Faria de. **A Inclusão da Antártica no Conceito de Entorno Estratégico Brasileiro**. Revista da Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, v. 20, ed. 1, p. 165 - 191, jan./jun. 2014.

_____. **O Brasil e a adesão ao Tratado da Antártica: uma análise de política externa no governo Geisel.** 2015. 244 p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.

_____. **Antártica e o pensamento geopolítico brasileiro.** [S. l.]: Escola Superior de Guerra - Laboratório de Estudos de Sociedade e Defesa, [20--]. Disponível em: <https://www.esg.br/estudos-estrategicos/labsdef/antartica.pdf>. Acesso em: 3 mar. 2020.

_____; CÂMARA, Paulo Eduardo A. S. **A ciência antártica como ferramenta geopolítica para o Brasil.** Revista Marítima Brasileira, Rio de Janeiro, p. 15 - 23, 1. trim. 2020.

MENEZES, Eurípides Cardoso de. **A Antártica e os desafios do futuro.** 1ª. ed. Rio de Janeiro: Capemi, 1982. 120 p.

MORGENTHAU, H. J. **A Política Entre as Nações – A luta pelo poder e pela paz.** 1. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2003. 1152 p.

THE ANTARCTIC Treaty. Washington, D.C., 1 dez. 1959. Disponível em: https://documents.ats.aq/keydocs/vol_1/vol1_2_AT_Antarctic_Treaty_e.pdf. Acesso em: 1 mar. 2020.

THE PROTOCOL on environmental protection to the Antarctic Treaty. Madri, 4 out. 1991. Disponível em: <https://www.ats.aq/e/protocol.html>. Acesso em: 1 mar. 2020.

TRATADO Interamericano de Assistência Recíproca. Rio de Janeiro, 1947. Disponível em: http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/legislacao/segurancapublica/tratado_interamericano_assistencia_reciproca_riodejaneiro.pdf. Acesso em: 10 mar. 2020.

TUCÍDIDES. **História da Guerra do Peloponeso.** 4. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2001. 584 p.